



ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

28 MAI 2015

Protocolo: 014/15

Processo: 014/15 MENSAGEM N. 095 , DE 25 DE MAIO

DE 2015.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA



EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei Complementar que "Altera dispositivo da Lei Complementar n. 76, de 27 de abril de 1993".

Ínclitos Parlamentares, apresenta-se o supracitado Projeto de Lei Complementar com o intuito de estabelecer novas regras para o ingresso efetivo na carreira pública da Polícia Judiciária Civil do Estado de Rondônia, fazendo constar novas exigências para a seleção de profissionais qualificados que atendam às necessidades institucionais da Polícia Civil.

O sustentáculo para a propositura se norteia nas disposições expressas no artigo 37, da Constituição Federal, cujo teor aponta a necessidade da Administração Pública atuar conforme os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

Cumprе ressaltar que o concurso público como meio para seleção de profissionais habilitados representa garantia da eficiência no desenvolvimento das atividades da Administração.

Do mesmo modo, a promoção de processo seletivo legalmente delineado se consubstancia em acesso igualitário aos empregos públicos a todos os cidadãos, promovendo, nesse diapasão, a plena igualdade de oportunidade, primando, pois, pela garantia constitucional cristalizada no artigo 37, inciso II, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

Assim, a imprescindibilidade do certame também se justifica como forma de extirpar discriminações subjetivas de todo o gênero e privilégios injustificáveis.

Ratificando o exposto, tem-se os ensinamentos do Douto Diógenes Gasparini, os quais asseveram que o concurso público cinge-se em instrumento para selecionar o melhor servidor, *ipsis litteris*:

[...] procedimento prático-jurídico posto à da Administração Pública direta, autárquica, fundacional e governamental de qualquer nível de governo, para a seleção do futuro melhor servidor, necessário à execução de serviços sob sua responsabilidade.



Assinatura



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Em síntese, reafirma-se que no atual Estado Democrático de Direito, o ingresso na carreira pública pressupõe processo administrativo para selecionar indivíduos capacitados hábeis à satisfação das exigências legais para a investidura no cargo, bem como aos interesses da Administração Pública.

Constitui-se, dessa feita, não somente em procedimento legalmente exigido, mas também em regra moralizadora e assecuratória da isonomia e impessoalidade no recrutamento de candidatos que servirão à sociedade.

O Projeto de Lei Complementar proposto atende aos interesses da Polícia Civil, estabelecendo o critério de nível superior para o ingresso efetivo nas carreiras policiais civis, a fim de atrair e reter profissionais de alto nível de qualificação, compatíveis com a natureza dos cargos, visando, sobretudo, melhor prestação de serviço à sociedade rondoniense. Nesse sentido, os novos termos otimizam as responsabilidades das carreiras e incorrem na obtenção da efetividade do serviço público.

Ante o aduzido, ressaltando que o Projeto de Lei Complementar em epígrafe satisfaz as exigências de toda ordem e, ainda, respalda-se no interesse público em prover o melhor atendimento à população, em respeito aos ditames constitucionais e legais que regem a eficiência do Poder Público, é que se requer o regular prosseguimento do competente processo legislativo até ulterior aprovação pela Assembleia Legislativa.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei Complementar, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

CONFÚCIO AIRES MOURA

Governador



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE 25 DE MAIO DE 2015.

Altera dispositivo da Lei Complementar n. 76, de 27 de abril de 1993.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º. O artigo 9º, da Lei Complementar n. 76, de 27 de abril de 1993, que “Dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado de Rondônia, e dá outras providências”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º. O ingresso, a nomeação e a posse em cargos da Polícia Judiciária Civil, de caráter efetivo, ocorrerá mediante aprovação em concurso público realizado em fases eliminatórias:

I - de provas e títulos, exigindo-se do candidato formação em Nível Superior;

II - de prova oral, para os cargos de Delegado de Polícia, Perito Criminal e Médico Legista, a qual versará sobre as disciplinas exigidas nas provas objetivas;

III - de frequência e aprovação no curso de formação da Academia de Polícia; e”

Art. 2º. O artigo 9º, da Lei Complementar n. 76, de 27 de abril de 1993, passa a vigorar acrescido pelo inciso IV, com a seguinte redação:

“Art. 9º.
.....

IV - de outras etapas a serem especificadas pelo edital do concurso, mediante resolução do CONSULPOL;”

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.